

Ronaldo Marcos dos Santos
Instituto de Economia, UNICAMP

MERCANTILIZAÇÃO, DECADÊNCIA E DOMINÂNCIA

Trata-se de discutir o mercado criado pela mineração das Gerais como um caso que ficou a meio caminho entre dois extremos: de um lado, não foi vítima da decadência dos circuitos mercantis (como Potosí); por outro, apesar de superar barreiras significativas das ilimitações coloniais, não conseguiu autonomizar-se a ponto de criar seus próprios mecanismos propulsores (EUA), articulando-se ao mercado mundial de forma subordinada.

Queremos, portanto, estudar a propulsão dos circuitos mercantis coloniais, sua capacidade de assimilar os dinamismos externos e as condições para a sua autopropulsão, vista aqui como avanço no sentido da autonomia da Nação.

Ao falarmos em dinamismos mercantis, no período da transição do Feudalismo ao Capitalismo, pressupomos uma profusão de circuitos interligados e hierarquizados em suas capacidades de assimilar estímulos provenientes dos sucessivos Centros da *Économie Monde*.

No momento nos interessam mais diretamente aqueles que, nessa hierarquia, se situam na base, querendo isto significar que dos produtos neles trocados (gêneros coloniais e de subsistência) alguns são os mais ponderáveis dinamizadores do mercado mundial, mas também que esses circuitos correspondem aos pontos mais distantes da cúpula, tanto em termos geográficos como de apropriação do lucro.

Mas, ao tomarmos os circuitos mercantis da América no século XVIII, estamos lidando com um tipo específico de forma de comércio diferente dos circuitos do século seguinte. Isto porque os primeiros culminam um tipo de economia, a economia colonial da

fase de transição do Feudalismo para o Capitalismo e que se caracterizam pelos limites impostos pelo estatuto colonial que visavam impedir sua autonomia e autopropução, ao passo que os circuitos do século XIX, embora muitos deles continuem transportando as mesmas mercadorias inserem-se em uma fase de economia nacional e de início da etapa concorrencial no mercado mundial.

Ou seja, queremos ressaltar a importância que teve a Revolução Industrial britânica como marco divisor entre as duas épocas, a colonial e a nacional, e mostrar que os gêneros coloniais, como expressão de relações sociais entre dois mundos, o Velho e o Novo Mundo, são transfigurados pelas novas funções que o industrialismo lhes impõe.

As novas nações latino-americanas, no momento de sua constituição, inserem-se no contexto do capitalismo global em sua fase concorrencial. A especificidade dessa inserção só pode ser entendida se levarmos em consideração o passado colonial de cada uma delas, aquilo que têm de particular em relação às outras nações que também participam de forma subordinada do mercado mundial.

Os circuitos mercantis do século XVIII são circuitos coloniais, e portanto contêm os determinantes que fojaram as economias coloniais que têm como principal agente o Capital Mercantil, operado pelos grandes comerciantes de cada uma das metrópoles europeias que procuram monopolizar a comercialização de gêneros coloniais através do domínio de seus circuitos mercantis.

Ou seja, a forma social da produção, imposta ao novo mundo, só poderá se concentrar em produtos que se destinam ao mercado exterior, artigos com demanda garantida na Europa e que não corressem com a produção metropolitana. Com isso queremos dizer que o gênero colonial traz em si a complementariedade climática (pois é impossível produzi-lo na Europa) o que lhe garante a não-equivalência nas trocas, perfeitamente adequada à acumulação mercantil — comprar barato para vender caro — requerendo ainda o monopólio sobre os circuitos mercantis, monopólio este garantido pelos Estados Absolutistas europeus e facilitado pelos altos custos de transporte, que permitem o acesso somente aos grandes mercadores.

Mas, para isso, era necessário que o grande Capital Comercial, ao contrário do que fazia antes no comércio do Oriente, entrasse na esfera da produção para conseguir preços adequados a escalas relativamente amplas e regulares de produção que lhe permitisse o

manejo de preços e quantidades que lhe garantisse a acumulação mercantil máxima. Isso só foi possível pela adoção do trabalho compulsório.

Mas, nessa etapa de acumulação primitiva, os próprios mecanismos econômicos eram incapazes de garantir a continuidade do processo de valorização do capital, sendo fundamental à burguesia mercantil o apoio do Estado, cuja ação nas colônias vai se cristalizar em um legislação que visava garantir os interesses metropolitanos centrados nas relações comerciais. Apoiava-se em regulamentos tendentes a reduzir a concorrência no comércio colonial, o exclusivo, monopólio da burguesia mercantil metropolitana cujo grau podia variar, manifestando-se desde monopólio nacional aberto a todos súditos comerciantes até o monopólio de uma única companhia, com várias formas intermediárias entre esses dois extremos.

Falamos então de circuitos internos às economias coloniais, circuitos nativos, montados para o trato de gêneros coloniais e podemos diferenciá-los pelo seu poder de aprofundar a divisão social do trabalho: os gêneros agrícolas como ruralizadores e avessos à proliferação de circuitos mercantis e de outro lado, os minerais preciosos como urbanizadores e dinamizadores da divisão do trabalho entre campo e cidade. Ou seja, o setor subsidiário da grande exploração podia apresentar um caráter mercantil ou desenvolver-se no interior das unidades produtivas de exportação. Nas colônias onde e quando preponderaram as atividades mineradoras, apresentavam um nítido caráter mercantil ao passo que a grande propriedade agrícola escravista geralmente produzia a maior parte dos alimentos que consumia e não dava chance aos mercados abastecedores.

Mas, ao estabelecermos esta diferença, precisamos lembrar que todos os gêneros coloniais estão sujeitos a um determinante maior, responsável pelas restrições básicas ao aprofundamento da mercantilização: o escravismo.

Nessa economia, o escravo tem três funções: 1) ele representa uma reserva de valor, um patrimônio, que pode ser vendido ou alugado; 2) a exploração cotidiana do seu trabalho que resulta na produção comerciável e 3) a valorização de todos os demais bens da economia que resulta da sua onipresença, que retira a possibilidade de outras formas de produção.

Essas três funções do escravo, em linhas gerais, bloqueiam o

aprofundamento mercantil de três formas: 1) ao reter a parte substancial do fluxo mercantil correspondente aos negócios negreiros e ao criar através do crédito, um forte mecanismo de subordinação do plantador/minerador colonial ao grande capital mercantil-usuário metropolitano; 2) ao impedir que o escravo, como produtor direto predominante, tenha qualquer forma de renda autônoma e possa consumir produtos que formassem um mercado de massas; 3) ao não dar espaço econômico para o surgimento de camadas médias de população que também integrariam tal mercado.

Queremos, então, mostrar que, mesmo sob esse determinante fundamental, que condicionará nossa economia até a penúltima década do século, o processo de mercantilização se aprofunda persistentemente.

Podemos ver melhor essas restrições pensando nas percentagens de capital que são imobilizadas nas relações entre traficantes e plantadores. Essa forma de restrição é inerente ao próprio escravismo e foi apontada por Weber como o principal empecilho à penetração da racionalidade capitalista na produção escravista.

Mas, no que diz respeito aos dois outros fatores limitadores da mercantilização por parte do escravismo, veremos que eles se atuam no caso das economias mineradoras, pois, devido ao requisito fundamental de concentrar o escravo exclusivamente na faina mineradora, sua subsistência terá que ser provida por outras regiões. O sistema organizado para evitar os desvios na cata do ouro, permita ao escravo juntar pecúlio para comprar sua própria liberdade e também ter seu próprio consumo. A isto deve ser somado o fato dos aglomerados urbanos de Minas serem essencialmente diferentes daqueles da economia açucareira, pois requerem o aprofundamento da divisão social do trabalho em toda a Colônia, ao demandarem os gêneros necessários à sua subsistência.

Mas, guardam ainda a característica colonial de estarem sujeitos à atrofia e decadência pois dependem fundamentalmente da intensidade da extração aurífera.

Tal exemplo fica patente na mineração da prata de Potosi. Alice Canabrava nos mostra a profusão de circuitos mercantis que se montam legal ou clandestinamente para o abastecimento desse centro minerador andino, dos quaia fazem parte o núcleo de Buenos Aires, Tucuman, e até mesmo a Capitania de São Vicente com seus “peruleiros” que mercadejavam gêneros de subsistência e escravos trazendo de volta a cobiçada prata dos espanhóis.

A mesma Autora mostra a atrofia de Tucuman e Buenos Aires quando a extração da prata nos meados do século XVII foi paralisada, e Celso Furtado analisa a regressão econômica que se abateu sobre essa parte da América com o retorno da economia de autoconsumo nas grandes unidades agrárias.

No caso da mineração das Cerais no século XVIII, desde seu início podemos encontrar diferenças fundamentais em relação à economia açucareira de Pernambuco e Bahia. Isto advém, de um lado, da especificidade do ouro encontrado nas Cerais, das minas se localizarem no *hinterland*, e do fato de ser ouro de aluvião, o que permite técnicas rudimentares de extração abrindo a atividade para aqueles que não possuem grandes cabedais.

A mobilidade social daí resultante permitiu espaço econômico para o surgimento de camadas médias entre o par polar senhor/escravo (“democracia das Minas”) que repercutiram sobre o fluxo de renda criando dinamismos propícios à integração inter-regional que formariam um lastro para as decisões de investir começarem a se internalizar (Celso Furtado).

Outra característica que bloqueia a mercantilização na economia açucareira, a escassez de numerário, também é relativizada no caso da mineração pois, o ouro é um gênero colonial especial. Ele inverte a lógica da acumulação mercantil ao tornar a forma social de equivalente geral das demais mercadorias do universo. Tão logo deixa a natureza e cai nas mãos do homem adquire a propriedade “mágica” de ser dinheiro. Isto o torna indiferente também à ilegalidade de sua circulação facilitando a mercantilização interna e o contrabando com o exterior concentrando recursos monetários passíveis de se tornarem capital-dinheiro, superando também a escassez de numerário para as transações correntes internas.

Não ficam aí as consequências da especificidade do ouro como equivalente geral, pois a sua própria forma natural escassa e de penosa extração, tornava sua demanda inesgotável passando a oferta — ao contrário dos outros gêneros coloniais — a determinar as oscilações da produção mundial de ouro.

Ou seja, a economia mineira relativiza os bloqueios impostos pela economia escravista colonial, que funcionavam em sua plenitude em certas épocas da economia açucareira.

Procurando ainda mostrar as especificidades advindas da materialidade do ouro, tanto na sua ocorrência natural como na sua forma social imediata de ser dinheiro, que implicam, além de uma

inversão dos circuitos mercantis, na transferência do aparelho fiscal do Estado para as Gerais, pois a dominação metropolitana vai se concentrar menos na venda dos monopólios de comércio e mais na apropriação direta de seu quinhão em ouro/dinheiro.

Os compromissos europeus da Metrópole privilegiaram os comerciantes ingleses e por outro lado o contrabando, que fundamentava o surgimento de uma burguesia nativa, proliferava através dos baianos que se especializaram na produção do tabaco preferido na Costa da África para o tráfico negroiro, estendendo-o aos holandeses e franceses que freqüentavam os mares africanos. E não foram só os baianos, logo lançam-se também os fluminenses que levavam aguardente de seus engenhos para trocar por negros, ampliando a parcela do excedente apropriada pelos próprios colonos.

Somem-se a estas as atividades produtivas internas que se diversificam, com o fumo e aguardente destinado a essas transações com o exterior, mais ainda, a criação do gado no São Francisco e no Sul, a produção de alimentos, fumo e aguardente nos campos fluminenses e no Planalto paulista impulsionaram a divisão social do trabalho lastreando o comércio interno.

Este, urbaniza e constrói uma rede interna de caminhos, exigindo meios de transporte que resultam em mais uma fonte de acumulação interna à colônia. E aqui mais uma vez vemos a Metrópole, contraditoriamente incentivando tais circuitos mercantis, pois eles passaram a ser substancial fonte de arrecadação tributária, geralmente explorada através da venda de concessão de exploração de barreiras.

Aparecia, assim, o rascunho de uma burguesia mercantil colonial com seus mercados ligados ao comércio exterior, seu núcleo dominante, e pelos de menores capitais como os varejistas, com-boieiros, tropeiros, que mesmo com a decadência da mineração, como veremos, persistem na sua atividade.

O esgotamento das lavras a partir do meado do século XVIII provoca uma retração direta nas atividades mineradoras, entretanto o mesmo não acontece com esses circuitos criados para abastecer as Minas. Sua reacomodação vai permitir que eles se articulem ao novo mercado mundial que está sendo montado pela Revolução Industrial britânica.

Entre a decadência da mineração e o advento da cafeicultura passaram-se as décadas que assistiram o processo de ruptura do estatuto colonial e o reconhecimento da nova nação no cenário

mundial. Precisamos então perguntar porque antes, na etapa anterior da colonização baseada na economia açucareira, aconteceu uma atrofia da economia colonial por ocasião da crise de exportação do açúcar e no caso da mineração das Gerais a decadência não teve os mesmos efeitos, ou mesmo ao contrário, desenvolveu novas atividades mercantis.

No meio século que vai das duas últimas décadas do século XVIII até 1830, quando se afirma em primeiro plano a economia cafeeira, diversificaram-se e cresceram as atividades mercantis no Brasil: o Maranhão passou a produzir algodão e arroz; no Nordeste a economia açucareira deixa sua hibernação e também ativam-se as culturas do algodão e exportam-se maiores quantidades de couros; na Bahia, o tráfico toma proporções maiores que os próprios dias áureos da mineração, ativando a produção do fumo e de aguardentes. O eixo econômico que se forma no Centro Sul, tendo por fulcro a nova Capital, o Rio de Janeiro, que tinha alcançado proeminência com a economia mineradora, agora vê suas cercanias aplicarem-se na produção de açúcar para exportação e consumo interno, bem como a aguardente e tábuas de construção que são enviadas à África em troca de escravos; Minas Gerais, passa a ser exportadora de alimentos para o Rio de Janeiro e o Planalto Paulista incrementará sua produção de açúcar para exportação. Tudo isso aumentava a procura de muarres e bovinos do Sul que, mais que nunca, passa a fornecer meios de transporte e alimentos para todo o território, necessários para o comércio tanto interior como para o exterior.

Ou seja, Rio de Janeiro torna-se a grande metrópole mercantil a partir da qual se irradiam os circuitos de todo o Centro e Sul da colônia e o tráfico negroiro continuou sendo a principal fonte de alimentação do capital mercantil nativo e devido a conveniências geográficas o porto do Rio de Janeiro passa a receber embarcações vindas do Sul. Seus traficantes cada vez mais prósperos passam a prover escravos para as plantações de Pernambuco e Maranhão, dada a abundância de fornecimento dos portos africanos.

Felipe Alencastro nos mostra que as três décadas que antecedem a transferência da Corte correspondem aos anos de maior afluxo de peças africanas à Colônia. Esta é mais uma prova do desenvolvimento que a diversificação da agricultura propiciou ao período pré-independência. A partir daqueles anos o tráfico atingiu o novo patamar de meio milhão de escravos por vintena introduzidos na América portuguesa. A crescente nativização do tráfico

permitiu que os proventos do quase-monopólio do comércio negreiro global revertissem para a Colônia e especialmente para o Rio de Janeiro, mercado redistribuidor de escravos para boa parte do território.

A outra fonte de acumulação mercantil era a pecuária. Nos arredores da Capital paulista estabeleceu-se um verdadeiro cinturão de tropeiros e condutores que animavam as vilas de Araçatiguanã, São Roque, Cotia, Santo Amaro e São Bernardo indo mesmo até Jundiá. A produção desse meio de transporte, o mular, que progressivamente substituiu o escravo no deslocamento interno de mercadorias, desde os tempos da mineração, concentrou-se no extremo sul da Colônia. As planícies platinas permaneceriam a grande fonte de bovinos e muarres para o abastecimento e transporte, dado o crescimento quase espontâneo das manadas.

Esses dois setores, por sua vez, incrementavam o giro mercantil, formando uma base de acumulação interna constantemente estimulada pelos dinamismos do setor externo, mas gerando capitais que acabavam por se canalizar para a aplicação nas atividades produtivas, seja pela via do financiamento, feito pelos traficantes aos produtores escravistas, seja pela diversificação da atividade em direção aos setores produtivos como foi o caso de tropeiros que se transformaram em "engenheiros".

Além dessas fontes tipicamente internas de acumulação, havia todo o manancial do setor produtivo exportador em expansão, consumindo número crescente de escravos e aumentando suas exportações pelos diversos portos da Colônia. Formavam uma trama de circuitos tendo nos entroncamentos as cidades, que serviam como sede, ponto de apoio e base de operações para o capital mercantil interno.

Mas, não devemos nos esquecer que este surto de produção é determinado em última instância pelos novos dinamismos do mercado mundial introduzidos com a Revolução Industrial britânica. Além disso, nos valem os de condições excepcionais criadas pelas perturbações dela advindas como a Guerra de Independência das colônias inglesas, a Revolução Francesa e sua repercussão pelas Antilhas desorganizando a produção; as Guerras Napoleônicas e o Bloqueio Continental que transformou a América Ibérica no escaudouro das manufaturas britânicas, e a própria política da metrópole portuguesa, o "mercantilismo ilustrado", procurava incentivar a diversificação e incremento das atividades produtivas coloniais.

Entretanto, se olharmos com cuidado, veremos que essa expansão do Centro Sul nos fins do século XVIII representa uma reação relativamente autônoma dos agentes mercantis nacionais, não sendo resultado simplesmente da ação do capital mercantil metropolitano ou de decisões da Coroa, pois eram produtores e comerciantes coloniais que agora tinham condições de decidir de forma relativamente autônoma onde e como empregar seus recursos, mesmo levando em conta as tendências do mercado mundial.

Ou seja, a integração produzida pela economia da mineração tinha gestado um núcleo de acumulação autônoma, em que comerciantes e produtores coloniais souberam redirecionar seus recursos e acumular respeitáveis fortunas, articulando-se às novas atividades produtivas e estimulando-as através de sua demanda e de seus créditos.

Com isso, o estatuto colonial era progressivamente negado e tal fato culmina com a virada da família real para o Rio de Janeiro, que trouxe consigo a abertura dos portos encerrando o exclusivo metropolitano.

Queremos apenas mostrar que estavam formados os pré-requisitos para o surgimento do Estado Nacional, e que isso se completa com as modificações introduzidas pela estadia da Corte, que deu novo caráter ao Rio de Janeiro, como cidade que passa a representar a ascendência do capital mercantil nacional sobre o próprio setor produtivo. A internalização de um padrão monetário e a fundação do Banco do Brasil permitem agilidade ao novo Estado para antecipar seu gasto com o vasto funcionalismo civil e militar transplantado para o Rio de Janeiro, bem como requerendo obras públicas condignas da sede de uma monarquia. A multiplicação no giro comercial provocada por essas medidas, intensificadas ainda pelo aumento da carga tributária e a manipulação do sistema de dívida pública, completavam esse conjunto de condições para o surgimento de um poder autônomo, que se centralizaria no Rio de Janeiro e a Independência nada mais foi do que esse último passo para o surgimento do novo Estado Nacional.

Fica claro também que a economia cafeeira só tomou rapidamente suas surpreendentes proporções porque apoiada em toda uma organização e práticas comerciais e financeiras previamente existentes, e não o contrário como recorrentemente apontam os autores que insistem em uma visão "cíclica" de nossa história econômica.